

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



FOLHA DE DEZEMBRO

Educação anuncia que vai pagar nova parcela

Segunda parte deve ser repassada hoje a 6.376 servidores que estão na faixa salarial de R\$ 2.760,01 a R\$ 3.574,00

O Governo de Goiás anunciou que pagará hoje mais uma parcela do salário atrasado de dezembro de 2018 para 6.376 servidores da educação que recebem entre R\$ 2.760,01 e R\$ 3.574 (líquido).

Segundo o governo, o recurso de R\$ 20,3 milhões é proveniente do Tesouro Estadual. Com essa nova parcela do pagamento de dezembro confirmada para hoje, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) alcançará a quitação de 46% dos servidores.

De acordo com nota do governo, "a dívida herdada da gestão anterior, a folha de dezembro vem sendo discutida

entre o governador Ronaldo Caiado e representantes de todas as categorias. A Educação é uma das áreas em que a situação é resolvida gradativamente com a economia que está sendo feita".

No dia 31 de janeiro, 16.449 servidores receberam o salário atrasado por meio de recurso do Fundeb, de R\$ 31,9 milhões.

O governo estadual afirmou que agora a "Secretaria fará os ajustes necessários para seguir escalonando as próximas parcelas".

Os demais servidores do Executivo devem receber a partir de março, de forma escalonada, como anunciado

pelo governo, de acordo com a faixa salarial.

Diversas reuniões foram realizadas entre representantes do Estado e dos servidores públicos, sem que houvesse acordo. Os funcionários insistiram no pagamento integral da folha atrasada, mas o governo estadual alega que a administração anterior não honrou seu compromisso, deixando de empenhar a despesa, e que não há recursos para tal. Diante do desgaste, o governador Ronaldo Caiado chegou a anunciar que abriria mão de seu salário até a conclusão do pagamento dos atrasados do funcionalismo.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Lupa

A Golnfra (antiga Agetop) encaminhou ofício ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) solicitando ampla auditoria e análise da legalidade de licitações e contratos realizados durante o governo anterior.

Prefeitura insistirá na Leste-Oeste

INFRAESTRUTURA Mesmo com recusa do Estado em manter convênio, Paço deve iniciar obra com recursos próprios e tenta convencer governo de que acordo por R\$ 35 milhões pode continuar

Vandré Abreu

vandre.abreu@opopular.com.br

O fim do programa Gotás na Frente, do governo estadual, anunciado no início da semana passada pelo secretário de Governo, Ernesto Koller (MDB), não deve impedir a continuidade do projeto da Prefeitura de Goiânia em realizar o prolongamento da Avenida Leste-Oeste. A obra foi anunciada há um ano como uma parceria do Paço Municipal com o Estado, em que o perímetro entraria com R\$ 33,5 milhões e o segundo com R\$ 35 milhões, dentro do programa estadual. Mas a nova administração do Estado anunciou o fim de todos os convênios. Para o Paço, o acordo com o Estado é à parte, não sendo necessariamente parte do programa.

Este vai ser o argumento do executivo municipal para manter os R\$ 35 milhões prometidos, sob a informação de que já há de onde tirar a verba para garantir o acordo, visto que o Estado afirma encerrar os convênios por falta de recursos. No caso da Leste-Oeste, o dinheiro viria com base na lei aprovada em julho do ano passado, que condicionou a venda do imóvel localizado na Avenida Contorno com a Rua 44, no Setor Norte Ferroviário, com custo estimado em R\$ 42,42 milhões, para a destinação da verba à Prefeitura e realização do prolongamento.

"A área vale até mais do que os R\$ 35 milhões do convênio e o



Lei destina dinheiro da venda de imóvel do Estado no Setor Norte-Ferroviário para Prefeitura prolongar avenida

Estado ficaria com o restante do dinheiro. Na nossa opinião não se trata de recursos do Gotás na Frente, é uma verba garantida, com a aprovação da lei, basta levantar a área", diz o secretário da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Setinfra), Dolzonan da Cunha Mattos. O imóvel em questão, mesmo sendo do Estado, era ocupado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), onde estava o Centro de Referência de Diagnóstico e Terapêutica de Goiânia (CRDT) e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Ceresst).

Em nota, a Secretaria Estadual de Governo (Segov), informa que o convênio foi sim realizado pelo Gotás na Frente. "De acordo o Protocolo de Intenções, a liberação de recursos estava condicionada à desocupação, por parte do município, de imóvel de propriedade do governo estadual dentro do prazo de 120 dias, o que não aconteceu. Tendo em vista que o convênio não recebeu nenhum repasse, o mesmo deve ser cancelado."

À lei estadual que desafeta o imóvel foi sancionada pelo ex-governador José Eliton (PSDB)

no dia 18 de julho e o prazo final para a desocupação do imóvel seria no dia 14 de novembro.

ABANDONO

O Paço Municipal desocupou os imóveis no dia 9 de novembro, o que causou manifestações de pacientes e servidores do CRDT que não haviam sido informados com antecedência da mudança no atendimento ao público. As reclamações se deram porque haveria maior dificuldade de acesso ao prédio na Avenida 37, no Setor Sul, para onde a maior parte dos atendimentos

foi transferida. Os prédios seguem sem destinação e, três meses depois, se tornaram estacionamentos durante os finais de semana, em razão da Fegra Hípica na Praça do Trabalhador.

A reportagem do POPULAR confirmou que não há mais qualquer ocupação da Prefeitura nos prédios do Estado, que inclusive estão vandalizados. Janelas, portas e até mesmo as tampas de calhas e bueiros foram furadas. Poças de água no local favorecem a proliferação de doenças. Também já foram retirados tijolos, barras de ferro e outros itens que estavam nas construções e os locais servem de dormitório a pessoas em situação de rua.

A Segov lembrou ainda que o governo anterior, em outubro, recomendou aos prefeitos o cancelamento dos convênios, o que seria "uma demonstração clara de falta de recursos para a continuidade". Na época, a gestão considerou que a recomendação seria uma defesa jurídica às prefeituras no caso das obras que ainda não foram iniciadas. Mas que no caso de Goiânia não seria necessário o rompimento, já que havia destinação própria e nem mesmo as licitações para as obras estavam finalizadas.

A obra do convênio tem custo total estimado em R\$ 68.315.022,11, dos quais R\$ 35 milhões seriam repassados pelo governo estadual em 24 parcelas. Outros R\$ 33,31 milhões seriam de contrapartida do poder público municipal.

Construção neste semestre

O secretário da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Setinfra), Dolzonan da Cunha Mattos, confirma que vai insistir no convênio entre Paço e Estado na realização do prolongamento da Avenida Leste-Oeste em seu tramo Leste. Mas enquanto isso, a obra deve ser iniciada ainda neste semestre com os recursos que cabe ao Paço Municipal, de cerca de R\$ 33 milhões. "Já teríamos essa contrapartida, então vamos começar com esta verba e enquanto isso vamos negociar com o Estado pelo convênio. Até a gente precisar da verba do Estado ainda demora um pouco, dá tempo de negociar", diz.

Há um planejamento na Pre-

feitura de Goiânia para que todo o prolongamento da Leste-Oeste, inclusive o tramo oeste, que vai até Trindade, seja entregue ainda neste mandato do prefeito Iris Rezende (MDB). "O prefeito faz questão de entregar dentro do mandato e eu tenho feito esse planejamento em semanas. Faltam 94 semanas para o fim do mandato e eu não posso me dar o luxo de perder uma delas", garante Mattos. Ainda neste mês, o secretário deve assinar a ordem de serviço para o início da revitalização da Praça do Trabalhador, cujo processo licitatório foi vencido pela Construtora Venturo LTDA, ao custo de R\$ 6,89 milhões.

O projeto faz parte do com-

pleto da Avenida Leste-Oeste e se refere à reformulação do espaço que será transformado em um estacionamento durante a semana e a área para a realização das feiras Hípica, nos fins de semana, e da Madrugada, no horário determinado. Ainda não está definida como será a gestão do espaço. No fim de março, a revitalização da Estação Ferroviária, ao lado da Praça do Trabalhador, vai ser entregue pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

"Nós vamos receber o espaço e teremos de montar lá o Atendimento e a galeria de arte. Já combinamos com o Kleber Adorno (secretário municipal de Cultura) como ficará o local", conta Mattos.

Tramo oeste tem retirada de moradores antes de edital

No lado oeste do prolongamento da Avenida Leste-Oeste, que deve ligar a Avenida Castelo Branco até a divisa de Goiânia com Trindade, ainda não há previsão de lançamento de edital para a licitação da obra, criada em cerca de R\$ 127 milhões. O secretário da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Setinfra), Dolzonan da Cunha Mattos, explica que a Caixa Econômica Federal só permite a realização desta etapa depois que toda a área pública estiver apta a receber a obra. No entanto, 46 famílias ocupam o espaço há mais de 30 anos.

A Secretaria Municipal de

Planejamento e Habitação (Sepplan) já iniciou o processo de retirada dos moradores, o que causou polêmica com a notificação dos mesmos e o pedido para saída em 15 dias, que se encerra no próximo dia 13. As famílias marcaram audiências públicas com a Sepplan e vereadores pedindo o pagamento de indenizações corrigidas de acordo com o cálculo feito em 2012, quando também foi tentada a remoção das ocupações. Ocorre que o Paço garante não ter aparato jurídico para o pagamento das mesmas e similitude com a doação de um lote para as famílias que se enquadraram na situação de interesse social.

EDUCAÇÃO

Fábio Lima



PROTESTO Um grupo de servidores da Educação protestou ontem na porta da sede da Secretaria Estadual de Educação, no Setor Oeste, em Goiânia. A categoria reivindicou o pagamento de dezembro e solicitou uma reunião com a secretária Fátima Gavioli. Em nota, a pasta informou que a secretária recebeu uma comissão formada pelos servidores e a lista de reivindicações, que serão analisadas.



Ernesto Roller remete ao TCE relatório do Goiás na Frente

Helton Lenine

O secretário de Governo, Ernesto Roller apresentou os dados levantados sobre o programa Goiás na Frente. O dossiê da atual situação do projeto, elaborado por técnicos da Secretaria de Governo (Segov), foi remetido, também ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), em atendimento ao pedido da Tomada de Contas feito na semana passada.

Este levantamento apontou que foram firmados 395 convênios com 221 prefeituras, mas apenas quatro cidades receberam o repasse do valor integral acordado. De todos os contratos, somente 34,5% do montante total foi efetivamente pago. O impacto negativo apontado pelo levantamento é de 312 obras paradas em todo o estado.

GOIÁS NA FRENTE

Lançado em março de 2017, o programa celebrou mais de R\$ 500 milhões em convênios com as prefeituras. Do total dos convê-

nios, 45 sequer foram iniciados. A dívida junto aos municípios soma R\$ 333.871.468,53 distribuídos em 1.968 parcelas em aberto.

DIÁLOGO

De acordo com o secretário, os prefeitos serão chamados para o diálogo no sentido de encontrar uma solução para cada caso. "A realidade é que o Estado não tem recurso, neste momento, para dar continuidade aos convênios. Não queremos gerar expectativas que vão aumentar ainda mais o problema.

VERBA

Em alguns casos, se município dispuser de verba para concluir a obra iniciada, vamos tentar uma solução jurídica para isso. No caso de convênios que não receberam qualquer repasse, a saída será a rescisão contratual. Os prefeitos vão prestar contas do que foi feito até agora e vamos adotar uma solução definitiva.

Ou seja,

para é preciso analisar caso a caso."

SEM RECURSOS

Ernesto Roller afirmou que o Goiás na Frente foi lançado sem que o governo tivesse, efetivamente, os recursos para atender ao que o programa prometia. "O Goiás na Frente foi uma venda de ilusões. Gerou expectativas com recursos públicos que não existiam para o montante prometido. E, como os repasses não chegaram à grande maioria dos municípios, o que temos são obras paradas, sofrendo a deterioração do tempo e das chuvas."

MUNICÍPIOS

O secretário enfatizou que a falta atual de recursos não significa que o governo está fechando as portas aos municípios. "Quando houver disponibilidade de caixa, teremos possibilidade de celebrar convênios. O que não pode acontecer é gerar uma falsa expectativa e deixar os prefeitos na mão." Roller afirmou ainda que é preciso apurar a responsabilidade dos gestores estaduais que assinaram os convênios, mesmo sabendo que não havia recurso para concretizá-los. "A grande demonstração de que o Goiás na Frente foi lançado sem que houvesse recurso é essa atual situação que estamos vivendo."





Pregão ilegal

O Tribunal de Contas do Estado julgou ilegal o pregão eletrônico, da Secretaria de Estado da Educação para a confecção de ata de registro de preços para eventual aquisição de 12,5 mil notebooks destinados ao Programa Amigo, com valor estimado de R\$ 21,5 milhões.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Falhas

A unidade técnica do TCE constatou como irregularidades no edital vícios na definição do valor de referência, excesso de detalhamento do objeto, ausência de critérios objetivos

para avaliação de amostras dos licitantes, carência de legitimidade dos atestados de capacidade técnica, exigências prévias que implicariam em despesas desnecessárias aos licitantes e necessidade de audiência pública.

Correção

Diante dos fatos, a conselheira Carla Santillo, relatora da matéria expediu uma série de determinações à Secretaria da Educação para a correção das ilegalidades apontadas.



FOLHA DE DEZEMBRO

Caiado libera mais uma parcela para servidores da Educação

DIVULGAÇÃO



Ronaldo Caiado: atualização da folha de servidores

NA REDAÇÃO

Servidores da Educação que recebem entre R\$ 2.760,01 e R\$ 3.574 (líquido) terão o salário referente ao mês de dezembro depositado na conta dia 11 de fevereiro. Esse segundo lote de pagamentos abrange 6.376 servidores. O recurso, na ordem de R\$ 20,3 milhões, é proveniente do Tesouro Estadual.

Dívida herdada da gestão anterior, a folha de dezembro vem sendo discutida entre o governador Ronaldo Caiado e representantes de todas as categorias. A

Educação é uma das áreas em que a situação é resolvida gradativamente com a economia que está sendo feita. Na última semana, 16.449 servidores receberam o salário atrasado por meio de recurso do Fundeb, de R\$ 31,9 milhões.

Com essa fatia do pagamento de dezembro confirmado para a próxima semana, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) alcançará a quitação de 46% dos servidores. Agora a Secretaria fará os ajustes necessários para seguir escalonando as próximas parcelas.